

A CONDUTA ÉTICA DO PROFESSOR COM BASE NA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE

THE TEACHER'S ETHICAL CONDUCT RELIED ON PAULO FREIRE'S PEDAGOGY OF AUTONOMY

Albino Gabriel Turbay Junior¹
Gedson Cavinatti Rubio²
Fernanda Garcia Velasquez Matumoto³

JUNOR, A. G. T; RUBIO, G. C; MATUMOTO, F. G. V. A conduta ética do professor com base na pedagogia da autonomia de Paulo Freire. *Akrópolis* Umuarama, v. 17, n. 3, p. 149-158, jul./set. 2009.

RESUMO: As aulas do curso de pós-graduação em docência levaram a uma preocupação sobre o comportamento do professor em situações problemáticas, tanto no relacionamento com a própria profissão de professor e a instituição em que se exerce a atividade, quanto no relacionamento com os alunos. A melhor conduta nestas situações problemáticas é aquela que tem a ética como base e para isto é preciso entender o que é ética, sendo que, para a busca desta compreensão, este trabalho utilizou como base a Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire, que, sem dúvida alguma, apresenta saberes importantes para reflexão sobre uma conduta ética de todo o professor.

PALAVRAS-CHAVE: Professor; Situações problemáticas; Ética; Pedagogia da autonomia

¹Mestre em Direito pela UNIPAR. Especialista em Direito Processual. Especialista em Docência do Ensino Superior e professor de Direito Penal/UNIPAR – Umuarama – Campus – Sede. E-mail: albino@unipar.br

²Graduado em Ciência da Computação pela UNIPAR e Especialista em Docência do Ensino Superior

³Mestre em Direito Processual Penal. Especialista em Direito Empresarial Coordenadora do Programa Institucional de Valorização do Magistério Superior/UNIPAR e professora da UNIPAR – Umuarama – Campus – Sede.

ABSTRACT: Classes within the post-graduation course in Teaching led us to concern teacher's behavior before problematic conditions, either related to its own profession in relation to the institution in which he works, as well as its relationship with the students. The best conduct towards such conditions is the ethics-based, reason why understanding ethics is necessary. In the pursuit of such understanding, this study was based on Paulo Freire's Pedagogy of Autonomy, which is sure to present important knowledge for the reflection on every teacher's ethical conduct.

KEYWORDS: Teacher; Problematic conditions; Ethics; Pedagogy of Autonomy.

Recebido em agosto/2009
Aceito em outubro/2009

INTRODUÇÃO

Em sua atividade profissional, o docente, em inúmeras vezes, se encontra em situações problemáticas em que precisa tomar uma decisão, porém esta decisão sempre envolve o questionamento sobre a moralidade de determinado comportamento, o que cria uma reflexão sobre como agir nestas situações problemáticas.

Estes questionamentos giram em torno de situações como, por exemplo, de que forma chamar a atenção de um aluno para a disciplina? Como avaliar um aluno que não se empenha em sala de aula? Ou que nunca é disciplinado? O que fazer quando percebe que um aluno está colando? E ainda, quando percebe que está colando, mas não há provas? Ou responder a um aluno que questiona seus métodos? O que fazer quando ocorre um conflito em sala de aula, de aluno com outro aluno, ou até mesmo de aluno com o próprio professor? O que fazer quando não se sabe uma resposta para um aluno que questiona? Como fazer quando se percebe que as aulas não tem sido produtivas: tenta inovar, ou o importante é transmitir o conteúdo e o problema de absorver é do aluno? O que fazer quando se está insatisfeito com a remuneração recebida como professor? O que é ser professor?

Estes são alguns dos problemas que podem acontecer na experiência de sala de aula e da própria atividade de professor, sendo que as respostas e as soluções devem ser construídas por meio de uma conduta ética, respeitando os alunos e a Instituição, mas também se valorizando como professor.

Ter a conduta ética adequada evita a responsabilidade por danos na relação educacional, danos em relação às pessoas envolvidas, bem como dano à própria educação, que é o objetivo maior da atividade da docência.

Mas o que é ética? E, ainda, como descobrir qual é a conduta ética para um caso concreto?

Neste trabalho, procurou-se estabelecer um conceito de ética, mais especificamente uma ética que reconheça a condição do ser humano e sua complexidade. Em seguida foi pesquisado um sentido de ética profissional e as virtudes necessárias para o exercício de uma profissão com ética. Por fim, reconhecendo na Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire uma linha de saberes que levam a uma reflexão sobre a ética do comportamento do professor, foram catalogados os saberes propostos por Paulo Freire realizando, uma interpretação por parte dos autores deste artigo, com o objetivo, não de resolver todas as questões formuladas no início, mas de estabelecer um padrão de comportamento e de reflexões que in-

diquem uma conduta ética.

Um sentido para a ética

Para desenvolver um estudo sobre a ética profissional do docente, primeiro é necessário estabelecer o que se entende por ética. Na definição de Adolfo Sanchez Vazquez (2003, p.23),

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano.

A nossa definição sublinha, em primeiro lugar, o caráter científico desta disciplina; isto é, corresponde à necessidade de uma abordagem científica dos problemas morais. De acordo com esta abordagem, a ética se ocupa de um objeto próprio: o setor da realidade humana que chamamos moral, constituído – como já dissemos – por um tipo peculiar de fatos ou atos humanos. Como ciência, a ética parte de certos tipos de fatos, visando descobrir-lhes os princípios gerais. Neste sentido, embora parta de dados empíricos, isto é, da existência de um comportamento moral efetivo, não pode permanecer no nível de uma simples descrição ou registro dos mesmos, mas os transcende com seus conceitos, hipóteses e teorias. Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis.

Por esta definição percebe-se que a ética não é a própria moral, mas a moral é o objeto de estudo da ética em caráter científico. Desta forma, o estudo da ética não tem a intenção de estabelecer regras fechadas de como se comportar, ou seja, estabelecer soluções para cada problema prático-moral, e sim criar uma ciência com princípios gerais voltados para a reflexão de um comportamento moral e, assim, saber agir em situações problemáticas.

A ética não se preocupa com qualquer comportamento humano, mas com aqueles que envolvem problemas de moral, bem como a reflexão sobre estes problemas e a construção de uma ciência, tendo como objeto o comportamento moral.

Quando se pensa em solução de problemas com ética, não significa dizer que a ética tem regras para todos os comportamentos humanos em cada situação concreta, pois a solução é de cada indivíduo, quando se encontra em um problema prático-moral, mas a ética pode determinar regras sobre como refletir sobre um determinado comportamento, generalizando, e elaborando princípios para que o indivíduo possa realizar sua conduta dentro de padrões de ética (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p.17).

Desta forma, em cada campo de comportamento humano devem ser analisados os problemas morais enfrentados, refletir cuidadosamente sobre eles, fazer juízo de valor, encontrar soluções, e a teorização destas reflexões se traduz no significado de ética, que depois, como ciência, deve manter a investigação dos casos para poder se contextualizar e se reformular na diversidade de situações de problemas morais dos relacionamentos humanos.

Importante citar a ética do gênero humano encontrada na obra de Edgar Morin (2002, p.105): para ter o sentido ético, é preciso compreender que “qualquer concepção do gênero humano significa desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana. No seio desta tríade complexa emerge a consciência”. Com isso, a conduta ética acontece quando o indivíduo tem a consciência de ser humano, pertencente a uma espécie e de estar reunido com outros pertencentes à mesma espécie, em uma complexidade de relações que formam a sociedade. Ética é reconhecer a complexidade e a condição do ser humano.

Conforme Edgar Morin (2002, p.106), “a antropoética supõe a decisão consciente e esclarecida de: assumir a condição humana indivíduo/sociedade/espécie na complexidade do nosso ser; alcançar a humanidade em nós mesmos, em nossa consciência pessoal; assumir o destino humano em suas antinomias e plenitude”. Assim, a ética é assumir a condição de ser humano e, para isto, é necessário viver esta ética com solidariedade e com compreensão desta condição de ser humano, pois nesta condição os erros acontecem, inclusive para quem não compreende o erro do outro, e compreender é parte do processo de humanização, do aprendizado de qualquer ser humano (MORIN, 2002, p.100).

Em sala de aula, os problemas práticos morais acontecem constantemente na relação professor/aluno, bem como na relação professor/instituição de ensino, e as soluções ocorrem caso a caso, e para se determinar uma conduta ética, tal conduta, como solução para o caso, deve estar dentro dos princípios estabelecidos para aquele comportamento, mas principalmente passando pela compreensão da condição de ser humano dos envolvidos.

Verificada a definição de ética, para a continuidade deste estudo, faz-se necessária uma definição de ética profissional como âmbito geral, para depois analisar a ética profissional na profissão de docente, com suas características específicas.

A ética profissional

Apesar da individualidade nossos comportamentos não refletem apenas no campo individual, e sim no social. Como profissional, o indivíduo atua dentro de um sistema e é necessário que ele respeite a ordem deste sistema, para que possa, com ética, ter sucesso como indivíduo. Conforme Antonio Lopes de Sá (2001, p.110), “Cada conjunto de profissionais deve seguir uma ordem que permita a evolução harmônica do trabalho de todos, a partir da conduta de cada um, através de uma tutela no trabalho que conduza à regulação do individualismo perante o coletivo”.

O profissional que trabalha somente para ter seu salário não tem a consciência de que sua atuação profissional faz parte de um sistema social, e, que, ao final, cada profissional é um participante da construção do bem comum. Importante lembrar que o trabalho é um dos instrumentos de realização da dignidade do ser humano, mas não somente pelo fator econômico, e sim pelo social, ou seja, por ser instrumento de realização da construção de uma sociedade. A Constituição Federal traz, em seu artigo 1º, que os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos do Estado.

Assim, o atuar profissionalmente, com ética, significa dar a importância necessária ao plano social da profissão, mas tal consciência tem sido difícil, ainda mais em um mundo imediatista, com uma cultura individualista e influenciada pelo consumismo, o que faz que os conceitos sociais das profissões fiquem em segundo plano.

Constata Antonio Lopes de Sá (2001, p. 111): “Como o número dos que trabalham, todavia, visando primordialmente ao rendimento, é grande, as classes procuram defender-se contra a dilapidação de seus conceitos, tutelando o trabalho e zelando para que uma luta encarniçada não ocorra na disputa dos serviços. Isto porque ficam vulneráveis ao individualismo”. Ainda, para o mesmo autor (2001, p.137): “A profissão, como a prática habitual de um trabalho, oferece uma relação entre necessidade e utilidade, no âmbito humano, que exige uma conduta específica para o sucesso de todas as partes envolvidas – quer sejam os indivíduos diretamente ligados ao trabalho, quer sejam os grupos, maiores ou menores, onde tal relação se insere”.

Para diminuir os riscos do individualismo e do egoísmo, é importante um código de ética profissional que estabeleça as regras de comportamento entre os integrantes de uma classe e em relação àqueles que se utilizam dos serviços dos profissionais daquela determinada classe.

Da mesma forma deve ser pensado o comportamento do professor em sala de aula, pois existe a necessidade de atender regras de comportamento em relação aos alunos, à Instituição em que trabalha, bem como aos colegas de classe. Um comportamento antiético atinge não só a harmonia de uma sala de aula, mas de todo o sistema de educação, pois os reflexos de um microsistema (sala de aula) influenciam todo o objetivo de construção social, ainda mais quando este microsistema é relacionado à educação.

No exercício profissional ético, as virtudes profissionais básicas são indispensáveis para a formação de uma base para que o profissional tenha sucesso no desempenho da profissão. Nos estudos de Antonio Lopes de Sá (2001, p.175), estas virtudes básicas profissionais, imprescindíveis a qualquer profissão, são as seguintes:

Exercício do Zelo – o zelo representa a responsabilidade do profissional com o objeto do trabalho. Mais ainda, é uma questão da própria imagem do profissional, pois demonstra a qualidade de seu serviço. O zelo requer que, mesmo em situações extremas, em que aparentemente a solução é muito difícil, o profissional tem que primar pelo empenho e a responsabilidade profissional.

Honestidade – o profissional recebe a confiança daquele que utiliza seus serviços, por isso ser honesto significa ter responsabilidade perante o bem e a felicidade de terceiros.

Virtude do sigilo – quando o profissional tem conhecimento de um fato, por meio de suas atividades, ele tem o dever de manter o sigilo. Isso determina um comportamento moral sobre fatos de terceiros.

Virtude da Competência – ter competência significa estar habilitado para a prática de uma determinada profissão, ou seja, conhecer as técnicas do exercício da profissão, bem como toda a parte científica sobre o tipo de profissão que exerce. A competência é importante para a credibilidade do profissional e, por consequência, evita o cometimento de erros que possam causar danos aos envolvidos na atividade profissional a desempenhada pela profissional que foi confiado. A ética determina que o profissional sempre deve estar atualizado em relação às técnicas e práticas da profissão que exerce. Conforme o autor (SÁ, 2001, p. 195), “o conhecimento é algo que se deve exercer com imenso amor e abrangência. Um bom profissional precisa dominar a história de seu ramo, a doutrina científica, a filosofia e toda a tecnologia pertinente às tarefas que executa, atualizando-se sempre em todos os aspectos”.

Além das virtudes básicas catalogadas por Antonio Lopes de Sá (2001, p.197), existem virtu-

des complementares: 1) orientação e assistência ao cliente; 2) ética do coleguismo; 3) ética classista; 4) ética e remuneração; 5) ética da resposta; 6) ética e evolução do conhecimento; 7) ética e revide.

A ética do profissional da Educação

As virtudes acima citadas servem para todas as profissões, mas existem virtudes específicas que determinam a ética do profissional da docência em seu espaço de sala de aula, espaço pedagógico. A exigência destas virtudes específicas tem relação com a tarefa do docente como educador e seus cuidados na relação com os alunos.

A prática pedagógica e a ética do docente, bem como as virtudes que o docente deve ter como comportamento ético, devem estar adequadas a um modelo de educação na sociedade.

A educação tem papel importante no meio social, mas é necessário saber como atua a educação conforme sua concepção. Para Cipriano Carlos Luckesi (1994, p.37), a educação pode ser concebida como redenção da sociedade, como reprodução da sociedade ou como transformação da sociedade.

Como redenção da sociedade, a educação tem a finalidade de adaptar os indivíduos à convivência social, mantendo o equilíbrio e o ordenamento social, como se a educação estivesse à margem da sociedade, fosse uma concepção autônoma e, simplesmente, servindo de instrumento para a coesão social.

Como reprodução da sociedade, a educação é parte da sociedade. Mas, como integrante da própria sociedade, tem a tarefa de reproduzir o modelo vigente na sociedade com todos seus aspectos econômicos, sociais e políticos, o que representa na verdade, uma forma de amoldar os indivíduos para a perpetuação de um modelo.

Para Luckesi (1994, p.49):

A tendência redentora é otimista em relação ao poder da educação sobre a sociedade. A tendência reprodutivista é pessimista, no sentido de que sempre será uma instância a serviço do modelo dominante de sociedade. Em termos de resultados, as duas tendências parecem chegar ao mesmo ponto. A tendência redentora pretende “curar” a sociedade de suas mazelas, adaptando os indivíduos ao modelo ideal de sociedade (que, no fundo, não é outra senão aquela que atende aos interesses dominantes). A tendência reprodutivista afirma que a educação não é senão uma instância de reprodução do modelo de sociedade ao qual serve; que, no caso presente, é a sociedade vigente.

Deve-se pensar então na educação como transformação da sociedade, como um instrumento democrático inserido no contexto social, refletindo os problemas econômicos, sociais e políticos, mas sempre pensando na realização de um projeto social.

Os saberes da pedagogia da autonomia de Paulo Freire como construção da conduta ética docente

Na obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (2006), há uma proposta de prática educativa refletindo sobre o compromisso e a responsabilidade do educador, pois a relação em sala de aula, os limites da ética, do que é “ser ético”, do reconhecer um sujeito do outro lado e não um objeto dos interesses do docente é parte de uma complexidade em que o despreparo para exercer a função pode resultar em um verdadeiro desastre na tentativa de ser professor, mas Paulo Freire consegue enfrentar o tema com responsabilidade e com habilidade, chamando o leitor para uma reflexão.

Na introdução do tema, Paulo Freire chama a atenção para o comportamento ético do professor, o que motivou este trabalho, relacionando os saberes propostos por ele e que são necessários à prática educativa, e a obrigatoriedade de que o docente observe estas virtudes. Sobre a ética, diz Paulo Freire (2006, p.15):

Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se acham em formação para exercê-la. Este pequeno livro se encontra cortado ou permeado em sua totalidade pelo sentido da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora. Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigorosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro... Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso citado acima, que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou A sabendo que foi dito B, falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe.

É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos, em nossas relações com eles...

Somente por esta passagem já se percebe todo o comprometimento sugerido por Paulo Freire numa conduta ética, mas não qualquer ética e sim aquela que revela um comportamento transformador, aquela que preserva e valoriza a condição do ser humano e seu contexto social, o que inclui seus direitos e seus deveres enquanto cidadão.

As virtudes que serão relacionadas a seguir, propostas na *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire (2006), não prescrevem um moralismo hipócrita, mas uma prática educativa comprometida e responsável pela ética do ser humano, uma prática educativa que precisa de decisões, de avaliações e que educa para a liberdade com responsabilidade social, proporcionando uma consciência crítica do mundo e do conhecimento.

Como este trabalho toma por base filosófica, para a ética profissional, os saberes da *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire (2006), serão citados os saberes relacionados na obra com uma breve explicação, não como uma simples repetição da obra citada, mas como uma interpretação e reflexão pessoal sobre os saberes propostos, no intuito de que sirva como um instrumento para proporcionar aos leitores deste trabalho uma reflexão sobre a prática educativa ética.

Por isso mesmo, não se tem a pretensão de esgotar a análise dos saberes propostos por Paulo Freire, mas de instigar quem tiver a curiosidade de ler este trabalho a refletir sobre as proposições e buscar um norte em sua prática educativa como profissional da docência.

Os saberes foram divididos por Paulo Freire (2006) em três capítulos: 1) não há docência sem discência; 2) ensinar não é transferir conhecimento; 3) ensinar é uma especificidade humana:

Em primeiro estão os saberes relacionados ao tema “não há docência sem discência”, isto significa que não se compreende a prática docente sem o discente, que o processo de ensino-aprendizagem passa pelo reconhecimento das duas partes envolvidas – docente e discente – e que os dois aprendem e ensinam ao mesmo tempo, quando inseridos em um processo ético.

Ensinar exige rigorosidade metódica – a utilização de método é no sentido de proporcionar ao educando a capacidade de investigação, para que ele não seja simplesmente sujeito passivo da trans-

ferência de conhecimento, mas sujeito da construção do conhecimento. Com isso, o educador ético é aquele que utiliza métodos para que os educandos aprendam a pensar. Foge à ética o professor que vai à sala de aula para transferir conhecimentos já obtidos, sem uma responsabilidade da compreensão efetiva por parte do aluno.

Ensinar exige pesquisa – o professor não pode achar que seu conhecimento é absoluto. Ensinar exige pesquisa, mesmo de conhecimentos já obtidos, pois o mundo e os conhecimentos são dinâmicos, alteram-se, inovam-se, e o professor, para ser ético, deve estar atento a estas inovações e, principalmente, se indagar sobre os conhecimentos e, com isto, levar aos alunos esta realidade dinâmica.

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos – o currículo e o conteúdo programático de uma escola não têm a totalidade dos conhecimentos, ou dos saberes. Cada indivíduo participante do processo de ensino-aprendizagem, incluindo os alunos, tem carga cultural que revela saberes importantes para a evolução da sociedade e sua investigação é relevante no processo de formação. O professor ético não tem a verdade absoluta, mas respeita e reflete sobre os conhecimentos trazidos por seus alunos.

Ensinar exige criticidade – o professor deve passar aos seus alunos que o conhecimento deve ser alcançado com consciência crítica sobre sua aplicação nas relações sociais. Isto exige curiosidade para se aceitar ou não o conhecimento proposto, bem como para refletir sobre as propostas educativas.

Ensinar exige estética e ética – a construção do conhecimento faz parte da beleza de ser humano, é formação moral. O conhecimento efetivo tem como consequência a mudança. Por isso a educação não pode ser apenas uma formalidade e sim uma experiência humana, que exige a ética para romper e deixar que o novo se revele.

Ensinar exige a corporificação das palavras pelo exemplo – na educação transformadora que chama atenção para a responsabilidade social, a relação docente/discente não pode ficar somente no discurso em sala de aula, mas as atitudes do professor, tanto em sala de aula, quanto fora, devem ser exemplos. O professor que fala em democracia não pode tolher os pensamentos e as experiências de seus alunos, senão o exemplo seria contrário ao seu discurso.

Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação – a tarefa do professor que tem conduta ética é de não ficar preso a um modelo, mas revelar o novo, mesmo que o novo seja uma nova leitura daquilo que já existe, ou confirmar um conhecimento já existente sem torná-lo velho, ou seja, ter a curiosidade de compreen-

dê-lo. Ainda, importante que no processo de ensino-aprendizagem não existam atos discriminatórios de qualquer tipo, pois a discriminação é uma forma de pensar que impede o alcance do novo.

Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática – é importante que o professor, quando trabalha ensinamentos com os alunos, tenha uma reflexão crítica sobre a aplicação dos conhecimentos na prática, começando pelo próprio ato de ensinar e suas teorias didáticas, que é o momento imediato em sala de aula e, depois, sobre as teorias específicas da disciplina trabalhada em sala de aula. O professor só tem conhecimento efetivo da produtividade de sua prática educativa em relação aos seus alunos se reflete criticamente como o processo está acontecendo em sala de aula; o professor não pode achar que seus alunos devem se adaptar aos seus métodos, sem refletir sobre estes métodos.

Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural – o professor não pode isolar o conhecimento teórico da realidade social sua e de seus alunos. Cada indivíduo, representante da diversidade social, tem uma carga cultural que deve ser percebida pelo professor, bem como deve ser percebida pelo professor a cultura que se forma fora da sala de aula, pois esta cultura aprendida nas ruas, no cotidiano, está interiorizada nas pessoas, e não pode ficar do lado de fora da sala de aula. Interiorizado nas pessoas, faz com que cada um tenha sua personalidade, seu jeito de ser, e este jeito de ser deve ser assumido, pois esta assunção leva à proximidade entre as pessoas, pelo fato de se reconhecer como ser humano e, como consequência, valorizar a relação entre pessoas, que é o fundamento da solidariedade social. Desta forma, se tem uma relação ética entre docente/discente.

Em segundo estão os saberes relacionados ao tema “ensinar não é transferir conhecimento” o que indica que o professor que tem conduta ética não usa a sala de aula para realizar um discurso vazio de consciência crítica, ou que mostra suas habilidades de memorização do conhecimento. Ele abre espaço para questionamento, para investigação, para reflexão, proporcionando a dinâmica do processo ensino-aprendizagem e de sua construção.

Ensinar exige consciência do inacabamento – a experiência de vida nos mostra que o ser humano é inacabado, ou seja, que é um ser em evolução e isso importa em errar e acertar, em melhorar, mas em também fazer coisas que desagradam os outros, e assim são as pessoas. No espaço de sala de aula ocorrem várias situações e, por isso, o professor deve respeitar a condição humana dos alunos, seu inacabamento. O próprio professor é inacabado, ou seja,

todos estão evoluindo, e essa evolução só acontecerá de forma ética se houver a compreensão de todos os envolvidos.

Ensinar exige o reconhecimento de ser condicionado – a frase de Paulo Freire é de pura reflexão (2006, p.53): “gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele”. A consciência de ser inacabado faz com que o ser humano busque sua evolução, e isto revela que também é condicionado por fatores histórico-sócio-culturais. Estes fatores, apesar de representarem limites de difícil superação, podem ser superados quando se exerce a titularidade consciente da vida. A conduta ética do professor está no sentido de reconhecer que os alunos, bem como ele mesmo, podem errar, mas o que importa é o processo de busca do conhecimento, é o lançar-se em novos momentos de busca de rompimento do que condiciona o homem. O professor não pode simplesmente transferir conhecimento e esperar que o aluno memorize. Isto é repetição, é achar que se está acabado, é não ter consciência de ser condicionado.

Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando – a eticidade deve respeitar o pensamento diferente, por isso o professor deve possibilitar a expressão de seus alunos, mesmo que não concorde, mesmo que esta manifestação não seja ética, mas que, por meio desta autonomia do aluno, possa ocorrer o processo de ensino-aprendizagem. O contrário seria tolher a liberdade do aluno. Mas, ao permitir a expressão da autonomia do aluno, o professor deve saber construir os limites de liberdade, para que o espaço sala de aula seja um momento de ética e construção social.

Ensinar exige bom senso – no espaço de sala de aula existe uma relação de autoridade. Contudo, não pode haver um autoritarismo por parte do professor. Ele deve ser consciente de suas responsabilidades, mas exercer sua profissão respeitando a dignidades dos envolvidos e ter bom senso em suas decisões. Decisão, por exemplo, de fazer a chamada no início da aula ou no final, mas saber que alguns alunos chegarão atrasados ou precisarão sair mais cedo; avaliar os alunos, mas ter bom senso de perceber na nota as necessidades dos alunos ou de um determinado aluno. Ter bom senso, nos dizeres de Paulo Freire, de perceber que o trabalho do professor é com os alunos e não consigo mesmo, ou seja, existe uma função a ser exercida, o que gera responsabilidades, por isso o professor deve ter as condições necessárias para estar em sala de aula, para que o espaço seja propício para a construção do saber.

Ensinar exige humildade, tolerância e luta em

defesa dos direitos dos educadores – primeiro que a relação professor/aluno deve ser pautada pela humildade e pela tolerância, caso contrário todos os outros saberes aqui analisados seriam inúteis. Entender o ser inacabado é prática de humildade e de tolerância. O desprezo a estes sentimentos pode resultar em situações desastrosas em sala de aula, pois o próprio professor é inacabado e, por mais que tenha conhecimento do assunto que ministrará em sala de aula, ninguém é detentor da completude dos conhecimentos. Por isso, o professor deve estar inserido no processo de ensino-aprendizagem e não à margem, como se fosse inatingível e estivesse fazendo o favor de transmitir alguns conhecimentos. Por outro lado, a prática educativa exige que as instituições públicas ou privadas ofereçam as condições necessárias para a prática educativa. O educador tem a tarefa de lutar por estas condições e tornar a prática profissional digna.

Ensinar exige apreensão da realidade – o professor, com uma conduta ética, deve saber a essência da prática educativa, dos seus procedimentos didáticos, da pedagogia adotada, ter uma consciência social e política da realidade e com isso instigar os alunos a refletirem sobre os problemas que envolvem a realidade, pois os conteúdos das disciplinas que se trabalha em sala de aula, ou seja, os objetos da aula, são reais, e não podem ser explicados por meio de memorização, mas devem ser enfrentados dentro de um contexto histórico-cultural. O professor que não compreende a realidade somente transmite conceitos. Por isso, o professor não pode ser inerte, deve pesquisar, tomar consciência desta realidade e, de forma ética, provocar o conhecimento real, mesmo que demonstre suas convicções sócio-políticas, pois o homem não pode ser alheio aos problemas sociais.

Ensinar exige alegria e esperança – se a educação é instrumento de transformação social, deve ser realizada com alegria e esperança. Sem esperança não há como vislumbrar uma transformação, pois seria uma acomodação ao estado das coisas, e quem se acomoda não abre espaço para transformação. Por isso a, esperança tem sido uma condição do ser humano em evolução, ou, nas palavras de Paulo Freire, ser inacabado. O exercício da esperança exige alegria para levantar os problemas e buscar as soluções. O professor desanimado, sem esperança, acomodado, simplesmente transmite o conteúdo que considera acabado, não abre espaço para construção do conhecimento e pode causar um dano irreparável na educação de seus alunos.

Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível – não faria sentido um profissional da

docência atuar na área da educação se não acreditasse na possibilidade da mudança, seria no mínimo contraditório. A educação é transformadora. Mesmo que o professor não fosse ético e simplesmente estivesse transmitindo conhecimento sem alegria e sem esperança, alguém que estivesse presente nesta aula mas que, na condição de ser humano, estivesse presente também na realidade social, faria superação dos limites impostos pela transmissão de conhecimento e alcançaria um novo momento, o momento da compreensão e da transformação. O profissional ético deve estar consciente desse movimento dinâmico e irrefreável de evolução e fazer suas aulas acreditando na transformação, sem ser neutro e tendo um propósito para sua prática educativa. Aquele que não acredita na mudança não poderia estar em sala de aula com a responsabilidade da educação.

Ensinar exige curiosidade – Segundo Paulo Freire (2006, p.86), “Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais que perguntar, re-conhecer”. O exercício da curiosidade é parte do processo do conhecimento, e a tarefa do professor é direcionar esta curiosidade para uma construção de conhecimento, sem mecanizá-la para um processo de memorização, mas criar as liberdades e seus limites no processo, buscar a compreensão do objeto que se pretende conhecer. A curiosidade faz parte da inquietação do ser humano, da busca da evolução, e o professor deve preservar esta prática.

Na terceira ordem dos saberes estão os saberes relacionados a que “ensinar é uma especificidade humana” e, conforme Paulo Freire, é sobre a relação de autoridade exercida pelo docente e a segurança no exercício da atividade profissional.

Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade – o professor deve prezar por sua formação profissional, ter competência na área específica de conhecimento que trabalha em sala de aula, mas também na própria formação como docente. Esta competência gera a segurança para trabalhar os conteúdos em sala de aula. Ter autoridade não significa perder a generosidade, mas pelo contrário, tendo generosidade se constrói um ambiente com disciplina, mas uma disciplina voltada para a valorização das liberdades, ou seja, democrática. Ao demonstrar generosidade o professor é reconhecido pelo aluno como alguém que não tem arrogância, e a compensação é a reação positiva do aluno em direção à disciplina e a construção do conhecimento.

Desta forma, é possível uma autonomia do educando, no sentido de ter responsabilidade pelo ambiente de disciplina que proporciona o processo ensino-aprendizagem.

Ensinar exige comprometimento – a ética requer que o professor tenha compromisso com sua atuação profissional. Se o professor pensar que a docência é entrar em sala de aula, transmitir a matéria e sair, e assim, estaria cumprido seu compromisso, não entende o que é educação. O professor deve acreditar no que faz e na educação como instrumento de transformação social, deve se mostrar como alguém que pensa e está inserido em um contexto social, deve avaliar as ocorrências na relação com os alunos e refletir sobre elas e, por meio desta reflexão, fazer autoavaliação, tanto no campo pessoal da relação com os alunos, quanto nos conteúdos trabalhados em sala de aula, sempre buscando melhorar.

Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo – a educação não pode ser uma simples reprodução do que está posto, que geralmente está posto por interesses de ideologias dominantes. A atividade profissional docente ética é questionadora, é investigadora, não é neutra, é preocupada com a preparação científica para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Assim, por ser reveladora da realidade a educação promove a intervenção no mundo, e a tarefa do professor é, com ética, revelar esta realidade e proporcionar que cada indivíduo situado no processo sócio-cultural forme suas convicções e opiniões, o que significa democracia.

Ensinar exige liberdade e autoridade – um dos grandes problemas na relação professor/aluno é o exercício da autoridade por parte do professor e a liberdade do aluno. Os conceitos não podem ser antagônicos ou afastados. Pelo contrário, devem ser construídos em conjunto, pois naquele espaço da sala de aula o professor é a autoridade presente, mas seu exercício não pode anular a liberdade do aluno. A disciplina é construída com o esforço de todos. O professor deve criar os limites em conjunto com seus alunos, pois estes limites são saudáveis no espaço de construção do saber, e isso acontece melhor quando há humildade, generosidade e compreensão da razão de se estar em um espaço educacional, tanto pelo professor, quanto pelo aluno. Esta liberdade dada ao aluno é que caracteriza sua autonomia de progressivamente ir percebendo sua responsabilidade no processo educacional. Diferente é o professor licenciado, que não coloca limites à liberdade dos alunos e paga com a indisciplina, que é tão grave quanto o autoritarismo, que afasta o processo democrático educacional, pois nenhum dos dois consegue em sua

plenitude e com ética a construção do conhecimento.

Ensinar exige tomada consciente de decisões – este saber denota que o educador não pode ser neutro, pois nem o educando e nem mesmo a educação é neutra, e compreender isto significa ter respeito pelas opiniões, mas tomar as decisões conforme suas convicções, para que estas decisões sejam também respeitadas. Com certeza uma decisão não irá causar a transformação na sociedade, mas é preciso demonstrar que a transformação é possível.

Ensinar exige saber escutar – compreender que o aluno é um sujeito do processo e não um objeto, compreender que o diálogo tem maior alcance quando se sabe escutar. Quem sabe escutar entende que não tem o domínio da verdade absoluta, o que é uma condição do ser humano em evolução, e que o conhecimento é construído a partir da percepção das partes envolvidas. Por isso, é preciso saber o que pensa o aluno, quais são suas experiências. É preciso escutá-lo, falar com ele, o que significa um diálogo construtivo. Conforme o autor, a desconsideração da formação humana é a mesma coisa que falar “de cima para baixo”, é puro autoritarismo e apenas um treino para quem fala, pois desta forma não há diálogo. Escutar significa compreender o outro e proporcionar desafios para o processo da educação.

Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica – a conduta ética do professor exige que ele faça uma reflexão crítica sobre o que é transmitido em sala de aula, pois pode acontecer a transmissão de uma ideologia que vá contra os valores fundamentais do ser humano e com isso contribuir para perpetuar um poder dominante, que leva a diferenças sociais, discriminação e comodismo. Assim, é importante que o professor tenha uma consciência crítica de si mesmo, para compreender o que está nas entrelinhas de seu discurso.

Ensinar exige disponibilidade para o diálogo – o saber dialogar é de suma importância para ensinar, ou seja, o professor deve estar aberto aos acontecimentos, ao contexto social, aos outros e seus problemas. Assim, fazendo compreensão de mundo, pode tornar eficaz sua tarefa de ensinar. Neste sentido, é importante o professor estar aberto para as condições dos alunos com quem se relaciona, seu bairro, sua cidade, sua condição social, para poder compreender o papel que a educação terá na realidade destes alunos. Caso contrário, todo o conteúdo ensinado corre o risco de ser inútil, ou, ao menos, fora de contexto, e assim ser um conhecimento limitado.

Ensinar exige querer bem aos educandos – neste saber entra em discussão o saber ser afetivo,

pois é importante que o professor saiba se relacionar com seus alunos, e saiba, neste relacionar, manter a seriedade, o profissionalismo, o cuidado com a formação científica, a autoridade, mas também fazer uma relação afetiva. Talvez a melhor maneira de ter afetividade, sem que isto resulte num desvirtuamento na tarefa de docente, é praticar a profissão com alegria e esperança, pois estes sentimentos refletem positivamente na relação com os alunos, que, percebendo o comprometimento do professor se sentem respeitados e, com isso, a afetividade está se realizando. Uma afetividade no campo profissional que deixa de lado a arrogância, mas não o compromisso com a realização do ensino, e sempre valoriza o ser humano.

CONCLUSÃO

Por este trabalho percebe-se que não existem modelos de comportamentos éticos para cada tipo de problema que possa ocorrer nas relações da docência, que nos dê uma solução ética caso a caso, mas que a base da ética no processo educacional, e principalmente na relação docente-discente, está no reconhecimento de que, nos dois pólos, existe a figura de um sujeito, ou seja, nesta relação um não pode colocar o outro como um objeto de seus interesses. Assim, o professor não pode exercer sua profissão com arrogância ou diminuindo a capacidade de seu aluno, a ponto de reduzi-lo como ser humano. O professor deve, com humildade e inteligência, respeitar a condição de que seu aluno é alguém localizado neste mundo e que possui uma história de vida, pois sua história de vida, mesmo que tenha formação cultural diferenciada – importante lembrar que a vida é a representatividade da diversidade, nada é igual, nem mesmo a repetição gera igualdade, por isso é relevante sabermos respeitar o diferente – tem uma potencialidade para intervir em sala de aula, proporcionar reflexões, trazer o novo (mesmo que seja em um dos aspectos discutidos) e com isso possibilitar transformações.

Esta percepção da necessidade do respeito na relação docente-discente, conforme Paulo Freire, passa pelo fato de que “ensinar exige consciência do inacabamento”. A vida e seus aspectos são processos, não se encontram acabados, determinados. Se o determinismo fosse a base de todo conhecimento, nada mais haveria para ser construído, tudo estaria pronto e restaria tomarmos ciência. Pelo contrário, a construção é a grande força do conhecimento, e as descobertas por meio de métodos de pesquisa e por meio de experiências demonstram a dinâmica da vida. Não sabemos tudo, não estamos acabados

como pessoas, estamos em processo, temos apenas um conhecimento possível, e o outro ser humano com quem convivemos tem um outro conhecimento possível de experiências pela qual ainda não passamos, por isso sua importância. Achar que o ser humano é um ser acabado é estar fechado para a dinâmica da vida, o que pode resultar em discriminação e falta de solidariedade.

Desta forma, o espaço físico que se denomina como sala de aula é um ambiente convívio pelas diversidades, e por isso deve ser um espaço aberto, um momento em que a dignidade do ser humano, a busca pela evolução, o respeito, a afetividade, o contraditório, o debate, a busca de novas soluções (não somente técnicas, mas soluções para a vida, para as relações sociais), enfim, a vida, devem ser valorizados, sempre com o intuito de que fique demonstrado naquele momento (que pode ser alguns minutos) que as misérias morais e materiais da humanidade, se não podem ser vencidas por completo, podem ser diminuídas pela força da integração da diversidade.

Importante ressaltar, ainda, que o espaço físico da sala de aula pode ser constituído por paredes, mas na verdade é um espaço de intenção, de ação, de objetivo, de sentido e de vida. É o local e o momento em que a superação tem uma grande possibilidade de acontecer e, sendo assim, é importante que o docente não seja autoritário, para, ao invés de tolher as manifestações de aprendizagem dos alunos, ele possa contribuir para uma verdadeira construção dos saberes, das relações sociais, da vida. A relação docente-discente deve ter um sentido construtivo, em que a teoria e a prática sejam uma via de mão dupla, em que o processo de aprendizagem possa se inverter constantemente, com o professor aprendendo e seus alunos ensinando com suas histórias de vida.

A base da ética está em reconhecer que todo ser humano é ator e portador de cultura, o que nos faz concluir que temos que aprender a escutar os outros. Este exercício será muito importante para melhorar como professor, pois escutando os alunos poderemos fazer constatações que serão de grande utilidade no processo construtivo de ensino-aprendizagem, já que possibilitará saber quais são as idéias e necessidades dos alunos.

Chama a atenção a questão do comprometimento do docente, de titularizar-se como uma autoridade, exercendo esta autoridade sem arbitrariedade, deixando espaço para a liberdade de manifestação do aluno, mas, ao mesmo tempo, demonstrando que os limites devem ser respeitados. A autoridade deve ser exercida com ética, e por vezes com rigor. O professor inoperante não contribui. Também gostá-

ria de destacar quando o autor diz que é dever dos educadores pensar e lutar em favor de seus direitos, valorizar-se, motivar-se.

Os saberes demonstrados por Paulo Freire valorizam a autonomia do discente como ser humano, a responsabilidade de estar em uma relação que deve ser ética, a responsabilidade social pelo ensino-aprendizagem e sua aplicação na sociedade, o posicionamento frente aos problemas sociais e com isso decidir quais decisões a serem tomadas, o que se pode resumir que o espaço educacional não é um espaço de repetições ou de comodismo, mas é um espaço dinâmico em que o diálogo deve acontecer com respeito e ética, e o papel do professor, para que isto aconteça, é essencial.

Com estas reflexões, poderemos tomar decisões éticas em várias situações ocorridas em sala de aula, principalmente as que envolvem conflitos, problemas e, por fim, entender que a conduta ética do professor envolve uma complexidade de ações, dentro da sala de aula, em relação à instituição em que trabalha, e mesmo fora dela, mas com a responsabilidade de ser docente envolvido no processo educacional.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SÁ, A. L. **Ética profissional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- VAZQUEZ, A. S. **Ética**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.